



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

ATA Nº 2/2024 DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Aos 5 dias de fevereiro de 2025, às 16h36min, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final reuniu-se na sede da Câmara Municipal de Ubá, presentes dos vereadores Aline Moreira Silva Melo, Jane Cristina Lacerda Pinto e Renato Vieira, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Membro, para receber o Secretário Municipal de Administração, Salomão Junior Curi, o Secretário Municipal de Governo e Planejamento e Desenvolvimento Sustentável, Antônio Geraldo Alves, e o Controlador Interno e Auditor Fiscal do Município, Marcelo Correa Paiva, para esclarecer as dúvidas sobre os Projetos de Lei nº 5/2025, 7/2025, 8/2025 e 13/2025.

Também estiveram presentes na reunião os vereadores Samuel Soares da Silva, José Roberto Reis Filgueiras, Edeir Pacheco da Costa, Gilson Fazolla Filgueiras, Breno Reis de Oliveira, José Maria Fernandes, Antônio Domingos Ximendes Trindade, André Eustáquio Alves e Lucas Rufino Zocoli.

O primeiro projeto de lei discutido foi o de nº 7/2025, que “Dispõe sobre a revisão geral anual em 2025 da remuneração dos servidores da administração pública direta e indireta, e dá outras providências”. O Secretário de Administração disse que o objetivo da proposição é a valorização do servidor público, considerando o estudo de que os índices propostos serão comportados pelas contas públicas, sendo compensado o impacto com o aumento na efetividade de cobrança da dívida ativa, o recadastramento imobiliário, a cobrança do ISS (imposto sobre serviços) e a substituição dos terceirizados por concursados.

O Controlador Interno explicou que o impacto orçamentário e financeiro, considerando os artigos 16 e 17 da LRF, está abaixo do alerta prudencial exigido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais de 51%, relacionada a folha de pagamento dos servidores. Essa possibilidade se deu com a apuração do superávit financeiro de 2024.

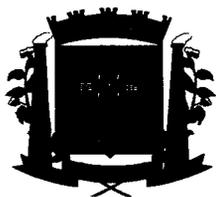
Salomão comentou que a prefeitura pretende conceder um voucher para as pessoas de baixa renda, inscritos no CadÚnico (Cadastro Único), incluindo servidores, para realizar compras na feira municipal. O valor não foi estipulado ainda.

Sobre o recadastramento dos imóveis, Marcelo explicou que o procedimento será físico, por meio de trena, pois com o georreferenciamento ocorreram alguns erros, considerando espaços indevidos, o que gerou um aumento grande no valor do IPTU apurado. Disse que o município teve uma baixa arrecadação em 2024, portanto, com o projeto do Refis, já protocolado na Casa, pretendem receber essas dívidas que chegam a 30%.

Disse, inclusive, que o número populacional de Ubá está defasado e com esse recadastramento será possível uma nova apuração, que será encaminhada ao IBGE, e isso influenciará positivamente no valor do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), recurso federal, que será destinado a Ubá.

Comentou que com o novo cadastro de empreendimentos aqueles que estão irregulares serão incluídos na lista de cobrança de IPTU, o que aumentará a arrecadação do município.

Salomão, sobre a substituição de terceirizados por concursados, explicou que atingirá determinados cargos, aqueles precisam de servidores de carreira, pela permanência no setor. Além



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

de economizar para os cofres públicos, pois a terceirização é mais custosa pelos encargos trabalhistas devidos, o concursado contribui para a Ubaprev, Previdência dos Servidores Públicos de Ubá.

Iniciou-se explicações sobre o Projeto de Lei nº 8/2025, que “Estabelece o Piso Salarial Profissional do Magistério, adequa carga horária dos professores da rede municipal de ensino de Ubá, em consonância com a Lei Federal nº 11.738/2008 e dá outras providências”. O Secretário de Administração informou que não ocorrerá aumento de salário, mas o pagamento proporcional do piso dos professores e a adequação da carga horária, de acordo com a disposição legal, 70% em sala de aula e 30% em planejamento, correção de provas, reuniões. Comentou que no atual plano de carreira da prefeitura não existe a distinção dos profissionais, todos estão incluídos na mesma lei municipal, professores, médicos, enfermeiros, dentre outros.

Disse que o professor terá o ganho de 11,27% no salário e o cumprimento da carga horária não atrapalhará os professores que optam por ministrar aulas de manhã e a tarde.

O Secretário de Governo comentou que alguns planos para área da Educação precisarão aguardar o próximo ano, porque o município de Ubá não cumpriu a meta do VAAR (Valor Aluno Ano Resultado) e do VAAT (Valor Anual Total por Aluno), indicadores utilizados no Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) para complementação de recursos destinados aos municípios, deixando de receber, em 2025, 3 milhões e 400 mil reais. Explicou que os alunos mais pobres não se desenvolveram conforme o esperado, então, não atingiram a nota do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

Disse que na tentativa de melhorar a nota do Ideb, o atual governo pretende implementar o horário integral na região do bairro Solar, que foi onde mais se notou necessidade de atenção.

Acrescentou que não existe interesse em fechar escolas, mas, caso seja preciso, pelo índice de matrícula estar prejudicado, pretendem consultar a comunidade local antes. Com relação a redução de gastos, disse que ocorreu em locais com excesso de funcionários para as atividades da escola.

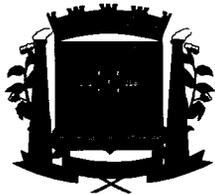
O Projeto de Lei nº 5/2025, que “Dispõe sobre a limpeza de terrenos urbanos e adota outras providências” foi discutido a seguir e o Secretário de Governo e Planejamento disse que foi pensado em casos que existe o comprometimento da saúde e segurança dos munícipes e não é permitido ao município intervir. Então, visando uma efetividade na fiscalização municipal, o projeto de lei permite a intervenção municipal e prevê uma cobrança pelo serviço executado.

Acrescentou que no caso de não identificar o proprietário, o custo do serviço poderá ser gravado no cadastro do imóvel para, se necessário, posterior inscrição em dívida ativa.

Sobre os trabalhadores que executarão o serviço, disse que hoje a empresa vigente é a ECP, que foi contratada pela administração anterior, mas provavelmente será aberto um processo administrativo, quando estiverem devidamente documentados, objetivando investigar o número de homens solicitados por edital e o número que presta serviço efetivamente, pois têm observado descumprimento contratual. Inclusive, observaram um déficit de 90 a 100 contêineres contratados.

Comentou que o Prefeito José Damato procurou o dr. Nilo Marques Martins Júnior, Juiz da Vara Criminal de Ubá, visando a disponibilização de detentos, com aptidões necessárias para complementar os serviços, para trabalhar nas comunidades. Disse que também estão olhando a possibilidade da capina elétrica, já incorporada por outros municípios, que não é nociva ao meio

Ata 2 CLJR. Pág. 2 de 3



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

ambiente e é bastante efetiva. O serviço seria prestado pelo CIMVALPI (Consórcio Intermunicipal Multissetorial do Vale do Ipiranga).

Comentou que o município também mantém consórcio com o ICISMEP (Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba), que presta serviços diferentes aos que o CIMVALPI prestará no município.

Disse que o projeto permite a cooperação técnica dos servidores municipais de Ubá nos projetos a serem desenvolvidos pelo consórcio.

Complementou o tema discutido dizendo que o Código de Postura do Município está sendo reformulado e contemplará como os terrenos deverão ser mantidos pelos proprietários, por exemplo, devidamente cercados, com calçada nas metragens corretas, dentre outras especificações, mas, caso os vereadores entendam ser necessários, elas poderão ser incluídas no projeto, por meio de emenda.

Antônio Geraldo comentou que o Tribunal de Contas, por meio de uma inspeção no município, detectou que um dos pontos de baixa arrecadação é o baixo número de fiscais, então, existe a necessidade de aumentar esses profissionais no município.

Explicou que quando o município tiver de intervir na limpeza dos lotes, os valores gerados dependerão das horas que o servidor gastou limpando (hora/homem) e, se necessitar de máquina, contará por quanto tempo a máquina trabalhou versus o valor do seu aluguel (hora/máquina). Acrescentou que a regulamentação será por decreto para permitir a flexibilidade de reajuste nos valores que podem variar, como o preço do aluguel da máquina.

Disse que é objeto de estudo dos técnicos da prefeitura a possibilidade de desapropriação de terrenos que não cumprem sua função social, de acordo com a lei, e esteja gerando danos ao município.

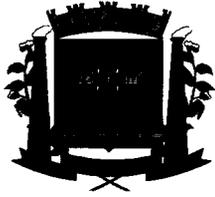
O último projeto em pauta foi o Projeto de Lei nº 13/2025, “Projeto de Lei para instituir o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Ubá – REFIS 2025 e dá outras providências”. O secretário disse que o valor da dívida ativa é grande e o município precisa desse recolhimento para aumentar sua receita, então, o projeto é para o contribuinte regularizar suas dívidas. Contou que esse tipo de proposição, provavelmente, não será apresentada em outros anos, pois acreditam que ocorre o incentivo ao não pagamento, já que beneficia aqueles que postergam o cumprimento.

A presidente leu na mensagem do projeto que o total apurado da dívida é de 23 milhões, 655 mil, 878 reais e 52 centavos (período de 2020-2024).

O secretário explicou que o projeto traz um considerável desconto para os devedores que pagarem a vista e, também, para aqueles que parcelarem. Disse que o número de parcelas ficou menor, em relação aos outros projetos já tramitados de Refis, para tentar efetividade, porque existe uma tendência do contribuinte deixar de pagar parcelas quando muito longas, para cumprir outro compromisso, por exemplo, o pagamento do IPTU.

Disse que levará para os técnicos da prefeitura a possibilidade de mais divisões, auxiliando as pessoas de baixa renda, sem prejudicar o planejamento de arrecadação do município.

Comentou ser provável que os municípios de Ubá se beneficiem do IPTU social no ano que vem.



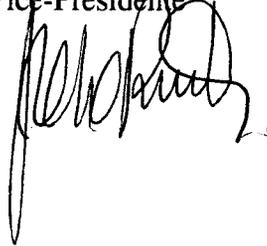
Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 19h08min.


Vereadora Aline Moreira Silva Melo
Presidente

Vereadora Jane Cristina Lacerda Pinto
Vice-Presidente




Vereador Renato Vieira
Membro